



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO **Nº 37/2014**

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 12 de junho de 2014

MOÇÃO

Pelo direito da população do Concelho do Barreiro ao transporte público e à mobilidade NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA SOFLUSA

Ultimamente assiste-se aos anúncios do Governo do PSD/CDS de um conjunto de medidas relacionadas com a privatização dos transportes públicos na AML – Área Metropolitana de Lisboa que levantam as maiores apreensões quanto aos direitos das populações e dos utentes á mobilidade e ao acesso ao transporte público.

Medidas com alcance daquelas que agora o Governo está a tomar, levantam as maiores preocupações, ao serem tomadas à margem das autarquias locais, que não são ouvidas sobre as opções apontadas e que terão profundas e negativas implicações em todas as esferas da vida da Região e do Concelho do Barreiro.

Quem se der ao trabalho de ler o documento de consulta sobre a privatização da SOFLUSA, a entrega a privados da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados, pode ai confirmar, sem margem para dúvidas, o compromisso e a responsabilidade que o PSD,CDS e PS assumiram com a Comissão Europeia, o BCE e o FMI, ao subscreverem o tratado de

agressão aos portugueses, e neste caso concreto, aos Barreirenses e à população da Região.

O Governo justifica esta opção de entrega aos privados da SOFLUSA, (uma das 5 mais importantes empresas estratégicas de transporte público do país, que fazem parte deste novo pacote de privatizações) com o argumento que visa promover a eficiência na prestação do serviço público de transporte de passageiros, permitindo, por um lado, reduzir os encargos do Estado na prestação deste serviço público e, por outro, assegurar o cumprimento das obrigações de serviço público de acordo com elevados padrões de qualidade e segurança.

As populações do Concelho e da Península de Setúbal conhecem bem, por sentirem na pele, o que significam na prática estes argumentos e objetivos. Não são novos nem diferentes. Conhecem bem as marcas que têm deixado na saga privatizadora de serviços públicos essenciais e estratégicos. As privatizações têm sempre significado menos oferta, menor qualidade e serviços prestados mais caros, basta recordar o caso da Rodoviária Nacional.

As consequências das opções e medidas que os sucessivos Governos tomaram estão à vista. Provam como eram corretas e acertadas as opiniões e alertas das autarquias sobre as erradas opções do Plano estratégico de transportes – que gerou redução da oferta a degradação da qualidade do serviço e a perda de passageiros.

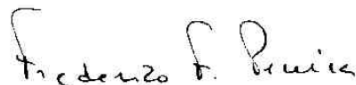
A Assembleia Municipal do Barreiro reunida a 12 Junho de 2014 delibera:

1. Manifestar a sua oposição à concessão a privados das empresas públicas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, garantido a sua propriedade e gestão públicas;
2. Proclamar a sua total discordância e solidariedade com os barreirenses nas acções contra o processo de abertura à iniciativa privada dos serviços públicos de transporte de passageiros da travessia fluvial do Rio Tejo, particularmente a SOFLUSA, pelas consequências nocivas à mobilidade da população do Barreiro;

3. Ao mesmo tempo exigir ao governo que as Autarquias sejam ouvidas sobre todas as decisões relativas aos transportes públicos na área Metropolitana e que estas sejam construídas em negociação com as autarquias.
4. Exigir ainda do Governo e da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa que os pareceres negativos que dão às alterações de horários e ou percursos ou a cortes na oferta sejam respeitados e desse modo garantido os direitos dos utentes e populações ao transporte público e à mobilidade.

Aprovado por maioria, com 19 votos a favor da CDU, do BE, do PCTP/MRPP e do MCI, 2 votos contra do PSD e 8 abstenções do PS.

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira